

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS**

**PROJETO DE LEI Nº 038 DE MARÇO DE 2020**

“Acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018, que dispõe sobre a instituição de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício de mandato parlamentar”.

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o inciso XII ao art. 2º da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018, que dispõe sobre a instituição de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, alterada pela Lei nº 6.269, de 27 de fevereiro de 2020, com a seguinte redação:


“Art. 2º...


...


XII – combustíveis.”

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, mantidos inalterados os demais dispositivos da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018, modificada pela Lei nº 6.269, de 27 de fevereiro de 2020.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 17 de março de 2020.

  
Wesley Marcos Lucas de Mendonça  
Presidente

  
Ana Lúcia Rodrigues Prado  
1ª Secretária

  
Warley Ferreira de Moraes  
Vice-Presidente

  
Giulliano Sousa Rodrigues  
2º Secretário

## JUSTIFICATIVA:

Excelentíssimos Senhores Vereadores,


O presente projeto de lei, a ser apreciado pelo Plenário desta Casa, traz em seu conteúdo a inclusão do Inciso IV no art. 2º da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018, com a finalidade de fazer adequações aos gastos indenizáveis.

A inclusão do Inciso IV, no art. 2º da referida Lei nº 6021, de 16 de março de 2018, com as alterações promovidas pela Lei nº 6269, de 27 de fevereiro de 2020, mostra-se oportuno, pois trata do enquadramento como despesas indenizáveis, os gastos com combustíveis realizados pelo vereador no desempenho do mandato.

A inclusão do referido inciso, não será motivo de qualquer alteração no valor máximo da verba indenizatória, previsto no art. 1º da Resolução que promoveu a regulamentação da referida lei.

São estas as razões para a apresentação do presente projeto de lei, que, devido a sua importância e oportunidade, justificam a sua apreciação e aprovação nos termos em que foi redigido.

Araguari, 17 de março de 2020.

  
Wesley Marcos Lucas de Mendonça  
Presidente

Ana Lúcia Rodrigues Prado  
1ª Secretária

Warley Ferreira de Moraes  
Vice-Presidente

  
Giulliano Sousa Rodrigues  
2º Secretário

Quebra de Página



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 27/02/2020

LEI Nº 6021 , DE 16 DE MARÇO DE 2018.

**"Dispõe sobre a instituição de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar e dá outras providências."**

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, não cumulativa, devida aos órgãos de apoio ao Legislativo, cujo valor será fixado em Resolução a ser editada para regulamentação da presente Lei.

§ 1º São considerados órgãos de apoio Legislativo os Gabinetes dos Vereadores, responsáveis pela assistência direta ao respectivo titular nos atos de seu interesse, desde que guardada relação com o exercício do mandato.

§ 2º Serão indenizadas as despesas com serviços e materiais não disponibilizados diretamente pela Câmara Municipal aos Vereadores, ou disponibilizados em quantidade insuficiente, desde que, cumulativamente:

I - sejam vinculadas ao exercício do mandato;

II - estejam de acordo com as previsões desta Lei e da Resolução que vier a regulamentá-la;

III - tenham sido observados os limites respectivos.

§ 3º Compete à Câmara Municipal de Araguari manter, em quantidades iguais para os gabinetes, todo o mobiliário e equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos mesmos, além de cuidar da manutenção dos que apresentarem defeitos ou avarias, mediante comunicação da ocorrência ao Superintendente Administrativo.

§ 4º As despesas com pessoal são de exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal.

§ 5º O valor da verba indenizatória prevista no caput deste artigo, poderá ser reajustado anualmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ocorrida nos doze últimos meses.

**Art. 2º** A verba indenizatória de que trata o art. 1º, é vinculada exclusivamente ao custeio de despesas inerentes ao exercício do mandato, e compreende os gastos com materiais e serviços relacionados a seguir, desde que não disponibilizados regularmente pela Câmara Municipal:

~~I - material e serviços de escritório;~~ (Revogado pela Lei nº 6269/2020)

- ~~II - serviços gráficos; (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~
- III - serviços ou produto postal;
- ~~IV - gastos com telefonia móvel; (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~
- V - assinaturas de jornais e revistas;
- ~~VI - divulgação da atividade parlamentar; (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~
- ~~VII - locação de veículos; (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~
- ~~VIII - combustíveis e lubrificantes; (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~
- IX - refeições;
- ~~X - consultoria técnico-especializada; (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~
- ~~XI - sítio eletrônico na internet; (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~

§ 1º Não será permitida a utilização da verba indenizatória para aquisição de bens de natureza permanente.

§ 2º Os gastos com viagem continuarão a obedecer o regime de diárias, não podendo ser custeados pela verba indenizatória.

§ 3º A definição, forma e amplitude da disponibilização de cada um dos itens referidos nos incisos, deste artigo, obedecerão ao disposto na Resolução regulamentadora.

**Art. 3º** ~~Não serão indenizadas, a partir do mês seguinte àquele em que terminar o prazo para realização de convenções partidárias, as seguintes despesas:~~

- ~~I - locação de veículo;~~
- ~~II - divulgação de atividade parlamentar;~~
- ~~III - hospedagem em sítio eletrônico.~~

~~Parágrafo único. As vedações previstas no caput deste artigo se aplicam ao vereador que seja candidato a outro cargo, ou quando se tratar de eleição municipal, mesmo que não seja candidato. (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~

**Art. 4º** Para que o vereador seja indenizado pelos gastos que arcou com a manutenção do gabinete, deverá mensalmente prestar contas junto à Tesouraria da Câmara Municipal, na forma e no prazo definidos na Resolução regulamentadora.

§ 1º A análise da documentação apresentada, sob o aspecto de regularidade formal, fiscal e contábil, será promovida pelo encarregado de Controle Interno e, estando de acordo, remetida à Presidência para fins de autorização do pagamento.

§ 2º Deferido o pagamento, a documentação será encaminhada ao setor de Contabilidade para o empenhamento e à Tesouraria, para pagamento.

§ 3º Ao assinar o relatório de gastos o vereador assume integralmente a responsabilidade pelas despesas efetuadas, bem como pela veracidade dos documentos apresentados.

**Art. 5º** A Resolução regulamentadora disporá sobre a indenização a que se refere o art. 2º desta Lei, estabelecendo limites, promovendo agrupamento de despesas e fixando percentuais.

**Art. 6º** Para fins de prestação de contas serão considerados como hábeis os seguintes documentos:

I - nota fiscal ou fatura;

II - cupom fiscal;

III - recibo padronizado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

~~§ 1º Para os gastos com publicação e divulgação, além da nota fiscal contendo as medidas do espaço utilizado ou o tempo e o número de inserção, o vereador deverá apresentar a página do jornal ou revista contendo a matéria divulgada, e, nos casos de rádio e televisão, cópia em meio digital da matéria publicada. (Revogado pela Lei nº 6269/2020)~~

§ 2º Os documentos comprobatórios das despesas deverão ser emitidos em nome do vereador que as realizou, com data e discriminação detalhada dos serviços prestados ou do material fornecido.

§ 3º É obrigatória a emissão de documentos fiscais a cada operação de compra de serviços ou mercadorias realizada, podendo ser aceita nota fiscal, emitida englobando o valor total das compras, com indicação dos números dos cupons fiscais que deram origem à mesma.

§ 4º Somente será aceito documento original, em primeira via, isento de rasura, acréscimos, emendas ou entrelinhas.

**Art. 7º** É vedada, a qualquer título, a indenização de despesa com bebida alcoólica, fumo, publicidade de qualquer espécie, multa, juros, ou com destinação eleitoral.

**Art. 8º** O vereador perderá o direito à indenização de que trata esta Lei, quando:

I - investido em cargo previsto no § 1º do art. 44, da Lei Orgânica do Município, mesmo que opte pela remuneração do mandato;

II - licenciado sem remuneração para tratar de interesse particular;

III - quando o respectivo suplente estiver no exercício do mandato.

Parágrafo único. O direito à indenização de que trata esta lei, em relação ao titular e ao suplente da mesma vaga, será devido a quem estiver no desempenho do mandato quando da realização da despesa.

**Art. 9º** O responsável pelo Controle Interno procederá à análise das prestações de contas e de sua instrução, verificando o atendimento aos requisitos formais respectivos e aos limites previstos na Resolução regulamentadora.

§ 1º Da análise das prestações de contas, o controlador emitirá parecer sucinto sobre sua aprovação total ou parcial, discriminando as despesas glosadas em separado, mediante justificativa.

§ 2º Das despesas glosadas pelo responsável pelo Controle Interno, o vereador poderá apresentar recurso ao Presidente da Câmara Municipal, que em caráter definitivo, avaliará e decidirá sobre a aceitação ou rejeição dos documentos comprobatórios de despesas indenizáveis, em conformidade com o disposto nesta Lei e na Resolução regulamentadora.

**Art. 10** Os recursos para satisfazer as despesas decorrentes desta Lei são previstos no orçamento anual do Poder Legislativo.

**Art. 11** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação,

com efeitos a partir da publicação da Resolução que a regulamentará, a ser editada no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 16 de março de 2018.

Marcos Coelho de Carvalho  
Prefeito

Marco Antônio Santos Faria  
Secretário Interino de Governo

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 01/03/2020*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*



LEI Nº 6.269, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

**"Revoga os incisos I, II, IV, VI, VII, VIII, X e XI do art. 2º, o art. 3º e o § 1º do art. 6º da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018, que dispõe sobre a instituição de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar."**

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam revogados os incisos I, II, IV, VI, VII, VIII, X e XI do art. 2º, da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018, que dispõe sobre a instituição de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar.

**Art. 2º** Fica revogado o art. 3º da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018.

**Art. 3º** Fica revogado o § 1º do art. 6º, da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018.

**Art. 4º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2020, mantidos inalterados os demais dispositivos da Lei nº 6.021, de 16 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 27 de fevereiro de 2020.

Marcos Coelho de Carvalho  
Prefeito

Iêda Maria Fernandes  
Secretária de Governo

[Download do documento](#)

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 28/02/2020*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*